

Sob o signo do Acordos de Oslo: perspectivas diversas sobre o conflito israelo-palestino

Under the banner of the Oslo Accords: diverse perspectives on the Israeli-Palestinian conflict



Marcos Chor MAIO
Editor-convidado

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Contato: maio@fiocruz.br

Resumo: Este artigo está dividido em duas partes: 1^a) discorre sobre a relevância dos Acordos de Oslo para o processo de paz entre israelenses e palestinos nos anos 1990; 2^a) aborda brevemente um conjunto de estudos históricos, sociológicos e políticos que versam sobre as relações entre Israel e Palestina em diferentes níveis, incluindo-se o papel da diplomacia brasileira neste domínio.

Palavras-chave: Israel; Palestina; Acordo de Oslo I; diplomacia brasileira; países árabes; antissemitismo.

Abstract: This article is divided into two parts: 1) discusses the relevance of the Oslo Accords to the peace process between Israelis and Palestinians in the 1990s; 2) briefly discusses a set of historical, sociological and political studies that deal with the relationship between Israel and Palestine at different levels, including the role of Brazilian diplomacy in the Middle East.

Keywords: Israel; Palestine; Oslo Accord I; Brazilian diplomacy; Arab countries; anti-semitism.

But for me, it is not the written paragraphs that are important. What is important is the spirit of the [Oslo] agreement. After decades of mutual denial, Israel and the Palestinian people have recognized each other. That is a historic step, from which there is no going back. It is happening now in the minds of millions on both sides. It creates a dynamism for peace that will overcome, in the end, all the obstacles embedded in the agreement. (Uri Avnery).

Até o início das conversações sobre o processo de paz em Oslo, iniciadas em meados de 1992, o conflito israelo-palestino se arrastava há décadas. Se os primeiros sinais do confronto datam da década de 1920, ele vai adquirir crescente visibilidade a partir da “Partilha” de 1947, quando a Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU propõe a criação de um estado judeu e outro árabe na Palestina histórica. A decisão da ONU não superou as tensões e embates entre árabes e judeus na região. Seguiu-se, então, um conflito territorial aberto culminando numa tragédia humana caracterizada por violentos deslocamentos populacionais, a exemplo da expulsão de palestinos de Israel e de judeus dos países árabes. Ao final da guerra de 1948, um novo cenário emergiu com o

nascimento do Estado de Israel e, simultaneamente, a interdição do projeto palestino de independência.

Até o final dos anos 1940, os enfrentamentos estavam predominantemente circunscritos aos movimentos judaico-sionista e árabe-palestino e suas respectivas concepções de identidades nacionais. Este quadro sofrerá significativas alterações com a emergência da Guerra Fria e a crescente interferência das grandes potências mundiais na região (Estados Unidos, Inglaterra, França e ex-União Soviética), a exemplo da Guerra de Suez em 1956. O confronto entre Israel e países árabes em 1967, a chamada “Guerra dos Seis Dias”, dificultou ainda mais a resolução do conflito. A vitória israelense traduziu-se pela ocupação de novos territórios como a anexação de Jerusalém Oriental, das Colinas de Golã, além de terem sido destinadas à colonização israelense amplas extensões da Cisjordânia.

Duas narrativas diametralmente opostas tomaram corpo neste intervalo. Para os palestinos, as políticas israelenses refletiam um consenso interno para impedir a qualquer custo a criação do estado palestino. No caso dos israelenses, a relutância dos líderes políticos palestinos em reconhecer a existência de Israel, além da reivindicação pelo retorno dos refugiados, levou à forte convicção de que a liderança palestina considerava a destruição do Estado judaico um objetivo político prioritário. Enquanto os palestinos têm equiparado as anexações israelenses a práticas colonialistas, os israelenses têm considerado a expansão territorial uma necessidade política de autodefesa contra o terrorismo.

Os Acordos de Oslo¹

A partir dos anos 1990, um conjunto de eventos influenciará a dinâmica do conflito israelo-palestino: 1) o ocaso das experiências do socialismo real nos anos 1980-90, em particular, a União Soviética; 2) o término da Guerra Fria; 3) a Guerra do Golfo (1991); 4) a primeira Intifada (1987-1991), levante palestino contra a ocupação dos territórios por Israel; 5) A Conferência de Madrid, que reuniu Israel e os Países Árabes em 1991 e incluiu os palestinos na delegação jordaniana; 6) a volta ao poder dos trabalhistas nas eleições de 1992 em Israel.

Mediante uma série de iniciativas de intelectuais e políticos da esquerda israelense (Yossi Beilin, Ron Pundak, Yair Hirschfeld, Uri Savir e etc.) vinculados ao Partido Trabalhista, em parceria com lideranças (Faisal Husseini, Hanan Ashrawi, Ziad Abu Zayad, Sari Nusseibeh, Ahmed Qurei, entre outros) da Organização para Libertação da Palestina (OLP), foram encetadas conversações secretas ao longo de vários meses de 1993 criando-se condições para um diálogo pragmático entre velhos inimigos. Operou-se uma ruptura com a afirmação do primado do reconhecimento mútuo das partes envolvidas no conflito. Pela primeira vez na história das

conturbadas relações entre israelenses e palestinos, estes se sentaram à mesa de negociações a partir de contatos estabelecidos em Oslo, Tel-Aviv, Jerusalem Oriental, Ramala, Paris, Londres, Washington, rumo à definição de uma agenda positiva que pavimentasse um caminho de convivência pacífica entre os dois povos. Ainda em 1993, Shimon Peres, Itzhak Rabin e Yasser Arafat passaram a fazer parte, direta ou indiretamente, das conversações, sobretudo pela ação do Vice-Ministro das Relações Exteriores de Israel, Yossi Beilin, e Ahmed Qurei (Abu Alaa), economista e alto dirigente da Al Fatah.

Em agosto de 1993, as delegações palestina e israelense chegaram a um acordo secreto mediante uma troca de cartas de reconhecimento mútuo entre Itzhak Rabin e Yasser Arafat. Rabin reconhecia a OLP como representante do povo palestino, e Arafat, por sua vez, não apenas admitia a existência do Estado de Israel como ainda se comprometia a renunciar ao terrorismo.

O acordo de Oslo I, oficialmente denominado *Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements*, assinado em 13 de setembro de 1993 em Washington, por Yasser Arafat, líder máximo da OLP, e Itzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, estava previsto para durar 5 anos. Ele contemplava a retirada militar israelense de Gaza e Jericó e a criação de uma polícia palestina, constituída pelos combatentes da Fatah. O exército de Israel manteria a segurança externa. Na Cisjordânia, Israel transferiu o poder para a Autoridade Palestina em cinco áreas: educação, saúde, bem-estar social, tributação direta e turismo. Em nove meses, na Cisjordânia e em Gaza haveria eleições diretas para o Conselho Palestino. Em resumo, estava subentendido na Declaração de Princípios que Israel deixaria de controlar dois milhões de palestinos.

Os Acordos de Oslo objetivaram a superação da desconfiança mútua ao afirmar o princípio da convivência pacífica e igual entre os dois povos como princípio norteador das negociações. Diferentemente das fracassadas tentativas anteriores, limitadas aos diálogos diplomáticos sem o reconhecimento oficial dos interlocutores, Oslo se distinguiu por medidas concretas. De um lado, nasceu a Autoridade Nacional Palestina, um arranjo institucional proto-estatal, representante oficial do povo palestino com poderes para gerenciar a vida civil. De outro, os israelenses estabeleceram medidas de segurança que garantiram um processo de controle do território palestino, além da normalização diplomática e econômica com diversos países árabes. Enfim, os Acordos de Oslo mudaram a geografia política da região, permitiram a volta da liderança palestina para Cisjordânia e Gaza e provocaram uma ampla aceitação da proposta de dois estados para dois povos.

Desde a instauração de Oslo I, iniciado no primeiro semestre de 1994, seguido pela ampliação do poder da Autoridade Palestina com os Acordos de Oslo II, em setembro de 1995, fatos não antecipados suscitaram um retorno ao clima de desconfiança mútua. O assassinato de Rabin, a subida ao poder da direita e da extrema-direita israelense, a expansão da colonização israelense em terras palestinas, os ataques terroristas do Hamas e da Jihad Islâmica foram alguns

dos acontecimentos que conspiraram contra os Acordos de Oslo, erguendo assim novas muralhas contra as negociações de paz. Ironicamente, apesar dos retrocessos, críticas² e impasses, Oslo continua sendo o único arranjo político e territorial reconhecido mundialmente e admitido tanto pela direita israelense como pelo Hamas.

Um conflito e múltiplas visões

Este dossiê foi desenhado por ocasião dos 20 anos dos Acordos de Oslo, a partir da experiência bem sucedida da mesa-redonda *O Conflito Israelo-Palestino: balanço e perspectivas*, patrocinada pelo 37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), ocorrido em Águas de Lindóia (SP), em setembro de 2013.

O dossiê *O Conflito Israelo-Palestino: História, Memória e Identidades* tem como integrantes historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Ele é composto por 9 artigos e contempla variados temas, tais como: as iniciativas de paz entre palestinos e israelenses; as interfaces entre geopolítica e cultura na trajetória de Israel; a questão palestina aos olhos dos países árabes; a crise política israelense na contemporaneidade; as narrativas israelenses e palestinas sobre o Holocausto e a Nakba; a filmografia sobre o conflito palestino-israelense produzida por cineastas locais; o papel da diplomacia brasileira no Oriente Médio e, mais especificamente, os esforços voltados para a paz entre Israel e Palestina; o comportamento político da representação brasileira na ONU e a natureza dos posicionamentos do país na agência internacional; as relações entre antissemitismo e antissionismo no campo da esquerda. Cabe então um olhar atento sobre os achados relevantes dos estudos realizados.

O artigo *A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à primavera Árabe*, de autoria de Jawdat Abu-El-Haj, tem como objetivo compreender a continuidade do conflito entre israelenses e palestinos, e adota como referência o período compreendido entre os Acordos de Oslo, em 1993, e a cúpula de Camp David, realizada no ano 2000. Para tanto, ele analisa os motivos que levaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Israel a realizar em Oslo uma profunda revisão de suas posições doutrinárias e estratégicas, que remontavam aos anos 1940, enquanto os mesmos atores não foram capazes de firmar um acordo em Camp David, embora em um ambiente de relativa proximidade das posições e de estabilidade política e segurança. As respostas do autor a estas duas indagações foram divididas em duas partes. Na primeira, ele traça um histórico dos acordos, em que apresenta as conseqüentes mudanças nas fronteiras e os contatos políticos entre palestinos e israelenses. A segunda parte esmiúça as doutrinas e estratégias políticas que orientaram as ações dos dois protagonistas desde o início do conflito, ainda nos anos 1940, e como eles interagiram com o contexto internacional. O argumento

de Abu El-Haj é que a responsabilidade pela reedição da luta existencial entre os dois lados se deve principalmente a um engessamento do cenário político israelense, consequência da ascensão da ultradireita ideológica no país. Ele destaca, contudo, que uma tendência à multipolaridade e as mudanças estruturais no sistema regional, produzidas pela “Primavera Árabe”, abrem hoje um novo cenário favorável ao pleito dos palestinos. A questão, como ele ressalta, é saber se a esquerda israelense terá a ambição e o fôlego necessários para retomar a liderança política e negociar um fim pacífico para o conflito.

O texto seguinte, *‘Às vezes, somos todos palestinos’: O uso político da Questão Palestina por líderes árabes na segunda metade do século XX*, de autoria de Murilo Sebe Bon Meihy, versa sobre o uso intencional de discursos políticos sobre a Palestina por líderes do Oriente Médio. A partir da biografia de quatro destas lideranças – Antoun Saade (libanês), Salim al-Lawzi (libanês), Gamal Abdel Nasser (egípcio) e Muammar al-Kadafi (líbio) –, escolhidas por terem atuado em diferentes momentos das guerras árabe-israelenses, o autor analisa como o envolvimento destes atores com a Questão Palestina foi determinado por seus diferentes projetos políticos nacionais, seja ocupar posições de destaque no Estado Nacional em construção (Antoun Saade e Salim al-Lawzi), seja se consolidar como lideranças regionais (Nasser e Kadafi). O seu argumento é que o envolvimento de líderes políticos de países como o Líbano, o Egito e a Líbia com a Questão Palestina evidenciou que o tema era mais valorizado enquanto um problema do que como uma questão a ser de fato resolvida. Em sua opinião, a atuação destes líderes árabes retirou dos palestinos o protagonismo de suas próprias demandas, o que contribuiu para deteriorar a Questão Palestina.

Em *Geopolítica e Cultura: a trajetória de Israel*, Bernardo Sorj propõe um ensaio de interpretação histórica sobre a importância da geopolítica na constituição de padrões culturais de longa duração. Tomando o caso da história judaica, seu argumento é que a interação entre cultura e geopolítica constituiu um fator determinante na constituição e transformação do judaísmo. A dinâmica da cultura judaica ao longo de sua história, na opinião do autor, teria sido forjada a partir de cinco processos: o conflito entre as exigências que emanavam da mensagem religiosa e a lógica do poder nos períodos dos reinados; o trunfo da versão profética, que deu um novo significado às derrotas militares dos reinos de Israel, transformando-as em expressão do poder divino; a elaboração de uma nova narrativa religiosa do exílio e da diáspora, a partir da expectativa messiânica; a chegada da modernidade e a fragmentação do judaísmo, que fazem com que a construção anterior entre em crise; e, finalmente, o novo quadro criado a partir da segunda metade do século XX, com a criação do Estado de Israel e sua atuação política, no qual cultura e território voltam a se encontrar. Sorj defende que a narrativa dominante no governo de Israel e entre a maior parte dos líderes políticos das comunidades judias representa o abandono da tradição profética e

rabínica que, na sua forma religiosa de expressão, tinha clara consciência das limitações de um povo pequeno que para sobreviver dependia de contextos geopolíticos maiores. Na sua opinião, o amálgama de um messianismo militante, ultranacionalismo e prepotência fundamentada no poder bélico parecem ter levado a posturas em que se abandonam não apenas a sensibilidade e os valores que caracterizaram o povo judeu durante a sua história na diáspora, mas também o bom senso, que indica que, a longo prazo, a força militar por si só não é capaz de assegurar a sobrevivência. A continuidade do conflito entre palestinos e israelenses tende a produzir uma divisão maior nas comunidades judaicas, fruto da dificuldade de compatibilizar percepções contraditórias. Neste sentido, conforme argumenta o sociólogo, continua presente, por um lado, a cultura política tradicionalmente associada aos judeus da diáspora, calcada no apoio a causas de grupos oprimidos e na defesa dos direitos humanos. Esta cultura política, fruto da experiência histórica e dos interesses objetivos de uma minoria, contudo, é confrontada pela identificação com um Estado em que os judeus são maioria e que pratica atos que se chocam com a sensibilidade “diaspórica”.

Em *Israel: A crise próxima*, Peter Demant se debruça sobre os desafios enfrentados pelo Estado de Israel, que em 2014 comemorou seu 66º aniversário. Embora considere que Israel tem, sob muitos aspectos, uma história de êxito, o autor sustenta que, em termos subjetivos, os judeus israelenses continuam temendo por sua segurança, uma vez que o conflito que opõe o estado judaico e o mundo árabe e muçulmano parece ainda não estar perto de uma solução, e o ódio que Israel desperta é pior nos dias de hoje. O argumento de Demant é que o pessimismo sentido por parte da população do país pode refletir a realidade. Após contrapor a aparente normalidade vigente no país com a realidade de um conflito ainda não resolvido com os vizinhos árabes e muçulmanos, discorrer sobre o que considera a “segurança artificial de Israel” e analisar os resultados de “uma ocupação sem fim” patrocinada pelo Estado judaico – quais sejam, a passagem de um “bi-estadismo” para um “bi-nacionalismo” –, o historiador se detém sobre o que considera as “cinco fraquezas existenciais subestimadas” de Israel. São elas: uma possível catástrofe demográfica, que acarretaria uma erosão da base sionista do Estado judaico; o “beco sem saída estratégico” em que o país se encontra, ou seja, a exaustão do seu repertório estratégico para fazer frente aos palestinos; a postura de discrição e invisibilidade adotada pelo governo do país durante a Primavera Árabe, desconsiderando a inevitabilidade da modernização e do conseqüente fortalecimento das sociedades árabes; a erosão do apoio ocidental, incluídos aí os Estados Unidos, com a perda do *soft power* de Israel e até de sua legitimidade aos olhos do mundo ocidental; e, por fim, a alienação dos próprios judeus de Israel à medida que vai ocorrendo um distanciamento emocional da diáspora judaica. Após analisar estes cinco fatores, o autor argumenta que cada um deles constitui um desafio gravíssimo para Israel, na medida em que, em conjunto, podem ameaçar a viabilidade do país. No que tange aos efeitos destes fatores sobre o potencial da paz entre Israel e seus vizinhos, o autor

considera que, embora a resolução do conflito Israelo-Palestino não seja impossível, as formas de lhe pôr fim são limitadas. Ele finaliza seu trabalho discorrendo sobre o que considera ser as cinco opções possíveis: vitória unilateral, *status quo*, binacionalismo, biestadismo ou recolonização. O artigo conta ainda com um interessante posfácio sobre a Guerra em Gaza ocorrida em setembro de 2014, vista pelo autor como “premonição da crise de Israel”.

O trabalho de Michel Gherman, intitulado *Entre a Nakba e a Shoá: catástrofes e narrativas nacionais*, tem como objetivo discutir como dois diferentes projetos nacionais – o sionismo e o nacionalismo palestino – utilizam politicamente duas tragédias coletivas: a *Nakba*, termo utilizado pelos árabes para aludir à derrota palestina na guerra árabe-israelense (1947-1949), e a *Shoá*, que se refere ao genocídio judaico perpetrado pelos nazistas entre 1941 e 1945. Sua preocupação é entender em que medida os dois projetos nacionais incorporam a *Nakba* e a *Shoá* ao próprio discurso, de modo a garantir maior legitimidade, poder e capital político a suas respectivas agendas de domínio territorial. Inicialmente, o autor procura compreender e historicizar como palestinos e judeus lidaram com a *Nakba* e a *Shoá* nas últimas décadas. Ele mostra como as duas tragédias coletivas se transformam, por dinâmicas próprias e em diferentes momentos, em marcos identitários para palestinos e judeus, respectivamente. Em seguida, Gherman se concentra no debate sobre as duas tragédias e seus usos políticos nos diferentes cenários nacionais, relacionando-o como referências históricas mais amplas nos dois projetos nacionais que disputam o mesmo território. Em um terceiro momento, o historiador discute sobre como determinadas vicissitudes locais contribuem para reconfigurar e alterar o uso das “memórias fundantes” de tragédias e desastres. Por fim, o autor propõe uma reflexão sobre os usos contemporâneos da *Shoá* e da *Nakba* nas sociedades palestina e israelense, com o objetivo de estimular um debate sobre as novas abordagens acerca das tragédias nos dois cenários. O autor conclui destacando a importância da *Nakba* e da *Shoá* no imaginário político do conflito palestino-israelense como referência constante de legitimação. A narrativa sionista recorre à “memória da *Shoá*” para demonstrar e reafirmar a inexorabilidade da criação do Estado de Israel, ao passo que, do lado palestino, a *Nakba* também constitui um importante elemento de legitimação e reafirmação da tragédia à qual os palestinos foram submetidos e pela qual deveriam ser reconhecidos e recompensados. Nos dois contextos nacionais, os usos políticos das tragédias servem para garantir fortalecimento público e legitimação social.

O artigo *O conflito Israelo-Palestino visto pelo cinema local*, de autoria de Monique Sochaczewski, versa sobre a recente filmografia acerca dos conflitos entre israelenses e palestinos e entre Israel e os países árabes, realizada por cineastas árabes e judeus. Inicialmente, a autora contextualiza historicamente a filmografia sobre a região e o conflito árabe israelense para, em seguida, analisar três obras israelenses – “A Noiva Síria”, “Lemon Tree” e “The Gatekeepers” – e três palestinas – “Laila’s Birthday”, “Paradise Now” e “5 Broken Cameras”. Ela não se propõe

realizar análises exaustivas e aprofundadas dos seis filmes em questão, mas sim um mapeamento dos conteúdos destas produções, de modo a destacar alguns temas comuns bem como importantes omissões. Em sua opinião, os filmes em questão são importantes instrumentos políticos, seja para matizar a cobertura sobre o conflito árabe-israelense na grande mídia, seja para ressaltar a complexidade deste e sua dimensão humana. Sob outro viés, as obras revelam um esforço de produção de uma narrativa própria e crítica sobre o tema, não necessariamente afinada com os interesses dos países ou governos envolvidos. Por meio delas, como destaca Sochaczewski, é possível vislumbrarmos uma tentativa de “descolonização” do conflito, empreendida por ambos os lados.

Guilherme Casarões e Tullo Vigevani, em *O lugar de Israel na política externa brasileira: anti-semitismo ou voto majoritário?*, discutem as relações entre Brasil e Israel e, em termos mais gerais, as relações do Brasil com o Oriente Médio em diálogo com visões consagradas, a exemplo da que atribui papel demiúrgico à atuação de Oswaldo Aranha no processo que levou à criação do Estado de Israel. Este evento propiciou uma imagem congelada da diplomacia brasileira, que deveria permanecer ao longo do tempo como um aliado natural de Israel. A realidade mostrou-se outra. Casarões e Vigevani ponderam que nem sempre as relações entre as diplomacias israelense e brasileira estiveram cercadas de entusiasmo e proximidade. Com efeito, a partir dos anos 1970, ao Brasil vêm sendo atribuídas determinadas posições diplomáticas anti-israelenses, com um leque variado de interpretações que oscilam entre a sugestão de antissionismo e a crença numa espécie de antipatia por Israel. O evento de maior visibilidade e permanente lembrança diz respeito ao voto favorável conferido pelo Brasil à Resolução 3379 da AGNU, de 1975, condenando o sionismo como forma de racismo e discriminação racial. Os episódios mais recentes ao longo do governo Lula (2003-2010) revelariam a simpatia da diplomacia brasileira pelos palestinos e contrária aos interesses de Israel, o que pretensamente reiteraria visões antipáticas a Israel.

Caminho diverso trilham Casarões e Vigevani. Argumentam que as contradições entre Brasil e Israel não passam necessariamente pelas relações binacionais, pelo mundo dos interesses, tampouco por desavenças ideológicas. Devem, na verdade, ser vistas sob a ótica de variáveis externas à esfera das relações entre israelenses e brasileiros. Eles vão além, consideram que afinidades, posicionamentos alinhados ou de conflito com os Estados Unidos, por um lado, e visões globalizantes com vistas a larga inserção mundial em que se procura fortalecer igualmente a interação política e comercial com o mundo árabe, por outro, foram condicionantes que constrangeram, de algum modo, as opções brasileiras com relação ao Oriente Médio. Eles lembram também que há um fio condutor na política externa brasileira que remonta a 1947: o reconhecimento da necessidade de criação de dois Estados na Palestina histórica e o cumprimento das resoluções das Nações Unidas. Além disso, incide sobre as tomadas de posição brasileiras na

ONU, segundo os autores, o “viés tendencialmente majoritário do voto brasileiro”, a propensão da diplomacia brasileira a votar com a maioria nas matérias debatidas nestas instâncias. Caberia então assinalar que, em vez de anti-israelenses, muitos votos dados pela diplomacia brasileira devem ser interpretados como pró-maioria. A última seção do artigo apresenta um conjunto de dados que reforçam o argumento de que o comportamento da diplomacia brasileira, especialmente em fóruns internacionais, não se traduz como contrário a Israel em sua essência.

O objetivo do artigo *A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina*, de autoria de Norma Breda dos Santos, é analisar o envolvimento brasileiro nas negociações de paz entre o governo israelense e os palestinos durante o governo Lula (2003-2010). Na opinião da autora, trata-se de uma iniciativa inédita da diplomacia brasileira, na medida em que se envolveu diretamente nos esforços de uma mediação que se realizava fora do âmbito da ONU e entre as partes de um conflito localizado no Oriente Médio. O Brasil saiu, assim, de seu entorno regional e pôde testar seu capital negociador. Na ONU, o governo Lula manteve o apoio aos palestinos, sem deixar de reconhecer as preocupações de Israel com a segurança. Para melhor compreensão do tema, a autora dividiu o artigo em três partes. Na primeira, ela traça um histórico das posições da diplomacia brasileira no que concerne ao conflito entre Israel e os palestinos; a segunda parte aborda os aspectos gerais da política externa do governo Lula, com ênfase ao lugar ocupado pelo Oriente Médio na agenda diplomática; e a terceira versa especificamente sobre a diplomacia brasileira empreendida entre 2003 e 2010 com relação ao conflito israelo-palestino. Santos salienta que, embora seja provável que o envolvimento do governo Lula no conflito entre israelenses e palestinos tenha sido sobretudo uma manifestação de grande “voluntarismo político”, é possível identificar resultados positivos, particularmente na área comercial. Mais do que isso, a política externa para o Oriente Médio do governo Lula teria consolidado uma percepção de que o Brasil tem interesses globais, não podendo manter-se afastado de problemas que são, ao mesmo tempo, geograficamente distantes, mas humanitariamente próximos.

O artigo *Pode haver racismo na esquerda? – um estudo de caso*, de Luís Edmundo de Souza Moraes, versa sobre o tema da existência de manifestações antissemitas na esquerda. Como argumenta o autor, discussões sobre o problema do antissemitismo na esquerda ocupam o espaço público de tempos em tempos, em geral associadas, de algum modo, à política dos governos israelenses e, em alguns casos, ao próprio projeto sionista. Dentre as posições que se manifestam quando o tema vem a público, duas lhe interessam particularmente por serem recorrentes. A primeira delas é a que ressalta que, quando o assunto são as críticas às políticas de governos israelenses em relação aos palestinos e até mesmo ao nacionalismo judaico, a esquerda em nada se diferenciaria da direita antissemita. Tais críticas não passariam de uma forma “nova” do velho antissemitismo. A segunda é justamente a posição oposta, qual seja, aquela que destaca que a

esquerda, exatamente por ser esquerda e por ter como referências constitutivas o humanismo, algum grau de igualitarismo e o internacionalismo, estaria livre *a priori* de quaisquer riscos de produzir ou reproduzir motivos, ideias e programas pertencentes à tradição do pensamento racista. Desse modo, críticas ao sionismo e ao Estado de Israel, ou mesmo a negação do seu direito de existência, quando oriundas da esquerda deveriam sempre ser consideradas apenas crítica política legítima, e nunca, expressão de racismo. A partir da percepção de que estas duas teses conduzem ao erro, o autor recorre a um caso recente para discutir o tema das manifestações de antissemitismo na esquerda. O caso envolve a polêmica estabelecida no Brasil em torno de um artigo do publicista argentino Manuel Freytas, intitulado *Os donos do Sistema* que, reproduzido em diversos sites identificados com a esquerda, foi objeto não apenas da acusação de antissemitismo, como também pivô de um processo judicial por crime de racismo, movido contra uma das organizações que reproduziu o artigo. Pela análise deste artigo de Manuel Freytas, Moraes sugere que também no campo da esquerda é possível identificar manifestações de antissemitismo, e que aquilo que permite verificar se as críticas ao Estado de Israel e ao nacionalismo judaico podem ser caracterizadas como antissemitas ou não são os mesmos elementos presentes em quaisquer manifestações de antissemitismo.

Esse conjunto de temas e problemas apresentados pelos artigos permite uma série de diálogos. O dossiê reflete uma iniciativa rara em periódicos científicos brasileiros na área das ciências humanas: *O Conflito Israelo-Palestino: História, Memória e Identidades* está sendo publicado num momento histórico em que predomina a desesperança, a ausência de entendimento e de medidas políticas que façam avançar o processo de paz entre israelenses e palestinos.

Duas décadas após os Acordos de Oslo, um novo fracasso ocorreu na rodada de negociações de paz entre o governo do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e a Autoridade Palestina, presidida por Mahmoud Abas, a partir de um plano formulado pelo secretário de Estado americano John Kerry. Como indicador preciso dos impasses entre israelenses e palestinos, de julho a agosto de 2014 mais uma vez Israel e o Hamas se enfrentaram na operação denominada “Margem Protetora”, campanha militar lançada pelas Forças Armadas de Israel contra a Faixa de Gaza, que resultou na morte de 74 israelenses, 2.100 palestinos, 10.000 feridos e o território palestino em ruínas. Não obstante a proclamação de vitória dos dois lados, na verdade o que de fato se preservou foi o *status quo*.

Referências

WITTES, Tamara Goffman. **How Israelis and Palestinians negotiate**: a cross-culture analysis of the Oslo Peace Process. Washington: United States Institute of Peace Process, 2005.

SHAPIRA, Anita. **Israel**: a history. Waltham, MA: Brandeis University Press, 2012.

SHLAIM, Avi. The Rise and Fall of the Oslo Peace Process. In: Louise Fawcett (ed.). **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Notas

¹ As considerações a respeito dos Acordos de Oslo estão baseadas em Goffman (2005), Shapira (2012) e Shlaim (2009).

² Diversas críticas foram feitas aos Acordos de Oslo: 1) a necessidade de que tivessem sido permanentes e não interinos, pois levaram assim a uma série de ambiguidades na instauração; 2) a subestimação do poder das forças da intolerância como a direita e a extrema-direita israelense e os grupos terroristas palestinos; 3) o não enfrentamento da questão do congelamento dos assentamentos israelenses em terras palestinas nos acordos estabelecidos; 4) a subestimação da história dos dois povos na região e suas narrativas. Havia uma manifesta intenção de que o passado de conflito não poderia estar na mesa de negociações. A iniciativa de Oslo continha fragilidades que encerravam oscilações que foram capitalizadas politicamente pelos detratores dos acordos.

Marcos Chor Maio é professor do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, e pesquisador do CNPq.

Recebido em 01/10/2014

Aprovado em 28/10/2014